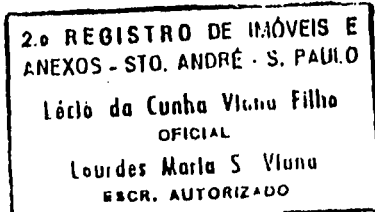




PETROQUÍMICA UNIÃO S.A.



Escritura Particular de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Preferenciais, na forma abaixo:

Pelo presente Instrumento particular, como **OUTORGANTE EMITENTE**, **PETROQUÍMICA UNIÃO S.A.**, doravante designada simplesmente **EMITENTE**, sociedade com sede na Av. Presidente Costa e Silva, nº 1178, no Município de Santo André, Estado de São Paulo, inscrita no CGC/MF sob o nº 61.632.964/0001-47, devidamente representada na forma do disposto em seu Estatuto Social, comparecendo, ainda, como Interviente, **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade com sede na Rua Sete de Setembro nº 99, 16º andar, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CGC/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, doravante designada simplesmente **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na melhor forma de direito, emite, como de fato emitido tem, em série única 5.670 (cinco mil, seiscentos e setenta) debêntures conversíveis em ações preferenciais, nominativas e escriturais, conforme as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - HISTÓRICO E CONDIÇÕES - Pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 1994, os acionistas da **EMITENTE** deliberaram proceder à emissão, em série única, de 5.670 (cinco mil, seiscentos e setenta) debêntures conversíveis em ações preferenciais, nominativas e escriturais, com as seguintes características:

1. **Valor da emissão e divisão em séries:** A emissão monta a R\$ 56.700.000,00 (cinquenta e seis milhões e setecentos mil reais), na data de emissão, sendo as debêntures de série única.
2. **Forma:** As debêntures serão escriturais, sem emissão de caulelas, para serem negociadas junto ao SND (Serviço Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos).
3. **Valor nominal das debêntures:** As debêntures terão o valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
4. **Preço de subscrição e integralização:** As debêntures serão integralizadas pelo seu valor nominal, corrigido monetariamente, "pro rata temporis", a partir da Taxa Referencial - TR, fixada pelo Banco Central do Brasil para 1º/12/94, acrescido de juros calculados "pro rata temporis", desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, de acordo com o item 10 da cláusula primeira.
5. **Modo de colocação:** Os acionistas da companhia têm a prioridade, pelo prazo de 3 dias, contados da publicação de competente aviso, para subscrever as debêntures, na proporção de uma debênture para cada 1.763.668 (um milhão setecentos e sessenta e três mil, seiscentos e sessenta e oito) ações possuídas; as debêntures que não forem subscritas no exercício daquela prioridade serão objeto de colocação pública, que se dará pelo procedimento diferenciado.
6. **Espécie:** As debêntures são da espécie com garantia flutuante, com privilégio geral sobre o ativo da **EMITENTE**.
7. **Data de emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é o dia 1º de dezembro de 1994.
8. **Vencimento:** As debêntures terão um prazo de duração de 60 (sessenta) meses, contados da data de emissão, vencendo-se no dia 1º de dezembro de 1999.

9. **Correção Monetária:** As debêntures terão o seu valor nominal corrigido monetariamente, a partir da data de emissão, segundo a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor - Série r (IPC-r), calculado e divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em conformidade com o estabelecido no artigo 17 da Lei 8.880 de 27/05/94, observados os seguintes critérios:

9.1 Correção monetária será efetuada anualmente, mediante a acumulação de 12 (doze) IPC-r mensais a contar da data da emissão ou do último reajuste, ambos inclusivamente;

9.2 Se, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, vier a ser permitida e/ou não mais vedada expressamente a correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor - Série r (IPC-r), em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, será a mesma automaticamente aplicável, independentemente de qualquer formalidade ou ajuste, sendo certo que os valores passarão a ser corrigidos dentro do menor período de correção admitido legalmente, de acordo com os índices de correção monetária acima previstos;

9.3 Caso seja extinto o IPC-r, ou se, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, este não mais puder ser utilizado como Índice de correção monetária nas emissões de debêntures, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, passará a ser utilizado, em substituição, o Índice determinado em Lei ou, na sua ausência, um Índice de preços aprovado em Assembléia Geral de Debenturistas.

10. **Juros Remuneratórios:** As debêntures perceberão juros remuneratórios de 13% (treze por cento) ao ano, a partir da data de emissão, computados na base de 360 (trezentos e sessenta) dias, incidentes sobre o seu valor nominal, corrigido na forma estabelecida no item 9 acima, pagos semestralmente, nos dias 1º de junho de 1995, 1º de dezembro de 1995, 1º de junho de 1996, 1º de dezembro de 1996, 1º de junho de 1997, 1º de dezembro de 1997, 1º de junho de 1998, 1º de dezembro de 1998, 1º de junho de 1999 e 1º de dezembro de 1999.

A EMITENTE pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: por ocasião do primeiro pagamento de juros, nas eventuais conversões de debêntures em ações, amortizações programadas, aquisições facultativas e vencimento antecipado.

11. **Prêmio:** As debêntures farão jus a um prêmio a ser pago em conjunto com a amortização do principal, nas mesmas datas de vencimento antecipado, amortização programada e/ou aquisição facultativa das debêntures, incidente a partir da data de emissão, equivalente à diferença positiva, se houver, obtida entre os termos da seguinte fórmula:

$$P_n = [(VN \times IRfat) - VNA] \cdot A_n$$

Onde:

P_n = Prêmio "n", expresso em Reais, a ser pago em conjunto com as aquisições facultativas, vencimento antecipado e amortização programada;

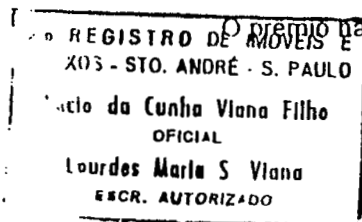
VN = Valor Nominal da debênture, na data de emissão, ou seja, R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

$IRfat$ = Fator acumulado do Índice de remuneração do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, data base dia 01, apurado desde a data de emissão até a data de pagamento do prêmio;

VNA = Valor Nominal da debênture, corrigido monetariamente segundo o critério disposto no item 9 acima, até a data de pagamento do prêmio;

A_n = Fator de pagamento do prêmio, expresso na forma decimal, a ser calculado nas mesmas datas de aquisições facultativas, vencimento antecipado e amortização programada.

O prêmio não será devido na hipótese de conversão das debêntures.



12. **Juros Moratórios:** Ocorrendo imponibilidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, além dos juros remuneratórios e correção monetária, tal como estabelecido neste instrumento, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
13. **Conversibilidade em ações:** As debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, à opção dos debenturistas, ser convertidas em ações preferenciais de emissão da EMITENTE.

A quantidade de ações preferenciais decorrentes da conversão de cada debênture será de acordo com o seguinte cronograma:

PERÍODO	QUANTIDADE DE AÇÕES PREFERENCIAIS POR DEBÊNTURE
da data da subscrição até 30.11.97	181.160
de 1º.12.97 a 30.11.98	126.812
de 1º.12.98 a 1º.12.99	72.464

As ações decorrentes da conversão estarão disponíveis na posição dos acionistas em até 03 (três) dias úteis após a solicitação de conversão.

- 13.1 As quantidades de ações, de emissão da EMITENTE, em que as debêntures são conversíveis, estipuladas no item 13 acima, serão ajustadas em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da data de emissão, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos.
- 13.2 Os aumentos de capital da EMITENTE, decorrentes de conversão das debêntures em ações, serão realizados mensalmente e averbados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à data de efetivação dos aludidos aumentos de capital.
- 13.3 As ações objeto da conversão farão jus aos mesmos dividendos das ações preferenciais que estiverem sendo negociadas na Bolsa de Valores. Terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais e farão jus a bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da EMITENTE, a partir da data da solicitação de conversão pelo debenturista.
- 13.4 Sempre que a EMITENTE aumentar o seu capital por emissão pública e/ou privada de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou, ainda, bônus de subscrição de ações, os debenturistas desta emissão terão o direito de converter as suas debêntures em ações preferenciais de emissão da EMITENTE pelo preço de subscrição de ações (ou pelo preço de conversão das novas debêntures ou o preço de exercício do direito conferido pelo bônus de subscrição) relativas ao aumento de capital, durante o prazo para exercício do direito de preferência (ou atendimento prioritário) na subscrição das novas ações. As frações apuradas na data da solicitação de conversão serão devidas em espécie, nessa mesma data, devendo o seu efetivo pagamento ser realizado até o 6º (sexto) dia útil subsequente, pelo seu valor nominal corrigido segundo o critério estabelecido no item 9.

13.5 Na hipótese de ocorrerem emissões de debêntures com base de conversão mais favorecida, fica assegurado, aos debenturistas detentores de debêntures desta emissão em circulação, o direito de terem as suas debêntures conversíveis nas mesmas bases das novas emissões.

13.6 Os debenturistas exercerão a conversão das debêntures em ações preferenciais, através do envio de carta registrada, com aviso de recebimento, telex ou fac-simile à INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA que, por sua vez, efetuará a conversão junto ao SND/CETIP. A solicitação de conversão deverá conter o nome do debenturista e a quantidade de debêntures que ele deseja converter. Para todos os efeitos legais considerar-se-á como data de conversão a data de recebimento da solicitação de conversão pela INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA.

14. Amortização Programada: as debêntures desta emissão terão o seu valor nominal corrigido e amortizado em parcelas, conforme a seguinte programação:

DATA	% DE AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL CORRIGIDO	VALOR DA AMORTIZAÇÃO NA DATA DE EMISSÃO (R\$)
1º.12.97	30%	3.000,00
1º.12.98	30%	3.000,00
1º.12.99	40%	4.000,00

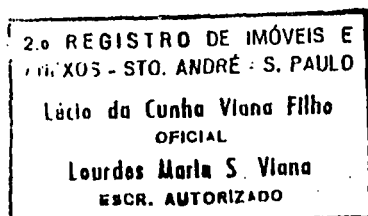
14.1 Sobre o valor nominal atualizado das parcelas a serem amortizadas incidirá o prêmio previsto no item 11 da cláusula primeira.

15. Publicação na Imprensa: Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal Folha de São Paulo, em prazos tais que permitam aos debenturistas o acompanhamento das ocorrências na vida da debênture.

16. Local de Pagamento: Os pagamentos referentes a principal e rendimentos, a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou em INSTITUIÇÃO FINANCEIRA contratada para este fim, pela EMITENTE.

17. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento, pela EMITENTE, de qualquer obrigação, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

18. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item 12 (Juros Moratórios), o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMITENTE, nas datas previstas nesta escritura de emissão, não lhe dará o direito ao recebimento de juros e correção monetária no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.



19. **Vencimento Antecipado:** O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures, objeto desta emissão, e exigir o imediato pagamento, pela EMITENTE, do valor nominal corrigido monetariamente "pro rata temporis", até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com o estipulado no Item 9 da cláusula primeira, acrescido de juros e prêmio, se houver, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) Protesto legítimo e reiterado de títulos de crédito de responsabilidade da EMITENTE;
- b) Pedido de concordata preventiva formulado pela EMITENTE;
- c) Declaração de falência da EMITENTE;
- d) Falta de cumprimento, pela EMITENTE, de qualquer obrigação prevista nesta escritura de emissão de debêntures, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- e) Vencimento antecipado de qualquer dívida da EMITENTE, em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMITENTE, previstas nesta escritura de emissão.

20. **Aquisição Facultativa:** A EMITENTE poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal corrigido acrescido de juros e prêmio remuneratórios, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404, de 15.12.76. As debêntures, objeto deste procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMITENTE ou serem novamente colocadas no mercado.

21. **Assembleia Geral dos Debenturistas:**

21.1 Os titulares das debêntures se reunirão em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

21.2 A assembleia pode ser convocada pela EMITENTE e por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das debêntures em circulação.

21.3 A assembleia geral se instalará com o quorum previsto no artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei nº 6.404/76, que deliberará pelo voto de debenturistas que representem 50% (cinquenta por cento), no mínimo, das debêntures em circulação.

21.4 A presidência da assembleia caberá, conforme quem a tenha convocado, respectivamente, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, ao Presidente do Conselho de Administração da EMITENTE, ao debenturista eleito pelos portadores de títulos, ou àquele que for designado pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

21.5 Em qualquer caso, o AGENTE FIDUCIÁRIO comparecerá às Assembleias dos debenturistas, prestando-lhes as informações que a ele forem solicitadas.

21.6 Nas deliberações da assembleia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos parágrafos 1º e 2º do artigo 126 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

21.7 Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente escritura, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

21.8 Para efeito de constituição do quorum a que se refere esta Cláusula, serão excluídas do número de debêntures em circulação as eventualmente pertencentes à EMITENTE.

REGISTRO DE IMÓVEIS E
ANEXOS - STO. ANDRÉ - S. PAULO
Lúcio da Cunha Viana Filho
OFICIAL
Lourdes Maria S. Viana
ESCR. AUTORIZADO

[Handwritten signatures and initials]

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO - De acordo com o que foi deliberado na assembléia geral extraordinária da EMITENTE, a sua Diretoria tem poderes para contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para, logo que decorrido o período de prioridade conferido aos acionistas da EMITENTE, realizar a colocação pública das debêntures que não tiverem sido subscritas, pelo procedimento diferenciado, após o registro de emissão na CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

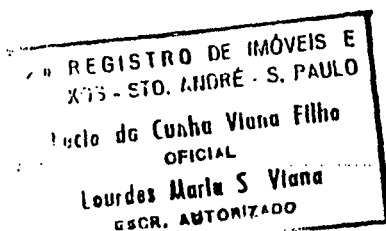
CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGISTRO - Em consonância com o disposto na cláusula anterior, será registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários a emissão, pela EMITENTE, de 5.670 (cinco mil, seiscentos e setenta) debêntures, de série única, conversíveis em ações preferenciais, nominativas, não endossáveis, sem emissão de cautelas, para a sua colocação pública.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA EMITENTE - A EMITENTE obriga-se a:

- a) manter atualizado o registro necessário junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários, até o vencimento final das debêntures;
- b) manter auditoria externa para exame de suas contas e balanços, enquanto as debêntures não tiverem sido resgatadas;
- c) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros resultantes de atos de sua gestão, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação dos seguintes documentos:
 - c.1 balanço patrimonial;
 - c.2 demonstração de lucros ou prejuízos acumulados;
 - c.3 demonstração do resultado do exercício;
 - c.4 demonstração das origens e aplicações de recursos;
 - c.5 certificado de auditoria externa, quando se tratar de balanço do exercício.
- d) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício;
- e) enviar ao AGENTE FIDUCIÁRIO (e.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social (e.2) imediatamente, qualquer informação disponível, que lhe venha a ser solicitada e (e.3) as informações pertinentes à Instrução CVM 202/93, com a mesma periodicidade do envio destas informações à CVM;
- f) manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas, para que prestem este serviço.

CLÁUSULA QUINTA - AGENTE FIDUCIÁRIO - PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., acima qualificada, é o AGENTE FIDUCIÁRIO desta emissão de debêntures que, neste ato, e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente escritura, representar perante a EMITENTE a comunhão dos titulares das debêntures.

CLÁUSULA SEXTA - REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO - O AGENTE FIDUCIÁRIO receberá, por todos os serviços que prestar, uma taxa semestral de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), recebendo a primeira remuneração na presente data e igual valor a cada seis meses durante a vigência da operação, corrigido dito valor, anualmente, com base na variação do IPC-r divulgado pelo IBGE no período.



[Handwritten signatures and initials]

CLÁUSULA SÉTIMA - SUBSTITUIÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO - O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá, a qualquer tempo, ser substituído em suas funções, nos seguintes casos:

- a) deliberação da assembléia, por debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação;
- b) ato da CVM - Comissão de Valores Mobiliários. Na hipótese de o AGENTE FIDUCIÁRIO, por motivo superveniente a esta escritura, não poder continuar a exercer as suas funções, ele deverá comunicar imediatamente tal impedimento aos debenturistas, pedindo a sua substituição. Na hipótese de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, a mesma será formalizada mediante aditivo ao presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO - Além de outros previstos em lei, constituem deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO:

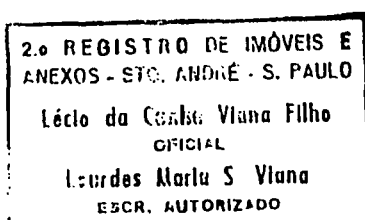
- 1) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, com a mesma cautela e diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- 2) praticar privativamente todos e quaisquer atos relativos ao exercício dos direitos consubstanciados nos títulos, cujos efeitos interessam aos debenturistas;
- 3) elaborar relatório anual, dentro de, no máximo, quatro meses contados do encerramento do exercício social da EMITENTE, em que declarará sobre a sua aptidão para permanecer no exercício de suas funções, informando sobre os fatos relevantes ocorridos durante o exercício e que interessem aos debenturistas;
- 4) notificar os debenturistas, no prazo máximo de 90 dias, contados do evento, qualquer inadimplemento, pela EMITENTE, de obrigações assumidas no presente instrumento; O relatório anual do AGENTE FIDUCIÁRIO será publicado, no prazo acima indicado, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal "Folha de São Paulo", observado ainda, quanto a essa publicação, no que couber, a regra estabelecida no parágrafo 3º do artigo 289 da Lei nº 6.404/76. O inteiro teor do relatório anual do AGENTE FIDUCIÁRIO estará à disposição de qualquer interessado no escritório do AGENTE FIDUCIÁRIO, na cidade do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro nº 99, 16º andar. A notificação a que se refere o item "4" acima, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal "Folha de São Paulo", observado, também, se cabível, a regra estabelecida no parágrafo 3º do artigo 289 da Lei nº 6.404/76, e discriminará as providências judiciais ou extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tomou ou irá tomar para proteger os interesses dos debenturistas.

CLÁUSULA NONA - ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO - O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, contra a companhia ou terceiros coobrigados, para proteção e defesa dos interesses dos debenturistas e da realização de seus créditos, sendo-lhe especialmente facultado no caso de inadimplemento da EMITENTE:

- 1) declarar antecipadamente vencidas as debêntures, cobrando principal e acessório;
- 2) requerer a falência da EMITENTE;
- 3) representar os debenturistas em processos de falência ou concordata da EMITENTE;
- 4) tomar as providências necessárias à eventual realização da assembléia dos debenturistas.

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista no item 1 acima na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos de crédito de responsabilidade da EMITENTE;
- b) Pedido de concordata preventiva formulado pela EMITENTE;
- c) Decretação de falência da EMITENTE;



[Handwritten signatures and initials]

7

d) descumprimento, pela EMITENTE, de qualquer obrigação prevista nesta escritura de emissão de debêntures, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e

e) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMITENTE, em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMITENTE, previstas nesta escritura de emissão. O eventual não exercício pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, de qualquer dos procedimentos previstos nesta Cláusula não consistirá novação, e não impedirá que o mesmo venha a exercê-los, em qualquer momento, a seu exclusivo critério.

CLÁUSULA DEZ - DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO - correrão por conta da EMITENTE as despesas com publicações que, por força de lei, o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha que proceder, obrigando-se a EMITENTE a fornecer antecipadamente os recursos que sejam necessários para a efetivação de tais publicações. A EMITENTE ressarcirá também o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as demais despesas em que o mesmo tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar os seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias contados da entrega à EMITENTE dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos portadores dos títulos. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões; e
- c) eventuais levantamentos adicionais ou perícias que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridade nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

CLÁUSULA ONZE - DECLARAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO - O AGENTE FIDUCIÁRIO declara não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da instrução CVM nº 28/83.

Estando assim as partes justas e contratadas, assinam a presente escritura particular, juntamente com duas testemunhas que a mesma subscrevem, para que possa gerar seus regulares efeitos, a EMITENTE e o AGENTE FIDUCIÁRIO.

São Paulo, 1º de dezembro de 1994.

2.º REGISTRO DE IMÓVEIS E
ANEXOS - ST. ANDRÉ - S. PAULO

Paulo do Carmo Viana Filho

OFICIAL

Des. Maria S. Viana
LIC. AUTORIZADO

PETROQUÍMICA UNIÃO S.A.

Outorgante/Emitente

PAVARINI - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Agente Fiduciário

Testemunhas:

30. OFFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS - ST. ANDRÉ - S. PAULO
Rua da Assembleia, 11 - 1.º andar - 231.311-9
Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1994
Em testemunha de verdade: PAULO ROBERTO DE SOUZA LOPES
cota em UFERSA: 0,0040 - Ados: 0,0400 Total: 0,0440
Valor da UFERSA em R\$ 23.131.134